

Do Dia do Índio ao Dia dos Povos Indígenas: uma questão de respeito



» ELOY TERENA
Ministro dos Povos Indígenas

Em julho de 2022, o então presidente promulgou a Lei nº 14.402, que retificou a data conhecida como Dia do Índio para Dia dos Povos Indígenas. Inicialmente, o Projeto de Lei nº 5.466 foi apresentado em 2019 pela primeira deputada federal indígena do Brasil, Joenia Wapichana, com a mesma intenção. O líder do Executivo barrou a proposta, mas viu seu veto derrubado pelo Congresso Nacional, sendo obrigado a implementar a nova nomenclatura.

Por trás dessa aparente disputa política, há uma questão mais profunda. À primeira vista, o 19 de abril parece enaltecer os povos originários. No entanto, a palavra “índio” carrega um rótulo colonial que, sob a ótica histórica, nos sentença a um papel de submissão e a um estereótipo caricato e preconceituoso de figuras folclóricas com camadas de discriminação sobrepostas, em vez de honrar nossa trajetória e contribuição para a formação cultural e étnica do Brasil.

O nome atual procura alterar a percepção dos brasileiros sobre os indígenas e sobre eles mesmos, uma vez que a miscigenação a definir este país tem como uma de suas origens mais expressivas o ventre indígena, que se perpetua de modo indelével em nossos costumes e tradições, em decorrência dos galhos e frutos serem desdobramentos da raiz. A necessidade desse reconhecimento transcende espectros políticos e ideologias.

A origem da data remonta a 1940, no México, durante o Primeiro Congresso Indigenista Americano. Foi naquele 19 de abril que lideranças

indígenas resolveram participar da iniciativa, cujo objetivo era analisar as condições dos povos originários em todo o continente e firmar normas para assegurar direitos a populações marginalizadas após séculos de escravidão e genocídio. Apesar da desconfaça inicial, fruto de experiências passadas, reconheceram a relevância do congresso, e sua presença tornou-se um marco.

No Brasil, esse marco só se concretizou três anos depois. Por influência de Marechal Rondon — descendente indígena considerado herói nacional por suas expedições ao oeste brasileiro no início do século 20 —, Getúlio Vargas instituiu o Decreto 5.540, incorporando a data comemorativa. Apesar do avanço, a data acabou acentuando um estigma externo ao mundo indígena, aprofundando uma fronteira que nos aparta sob uma fachada de integração.

Essa divisão ainda se revela quando, em meados de abril, a riqueza e a diversidade dos povos indígenas são reduzidas a cocares de cartolina enfeitando crianças nas escolas, ou quando adultos se pintam e empunham arcos e flechas durante o carnaval. É a caricatura substituindo a realidade.

Como a situação dos indígenas não se resolve com uma data exclusiva, em 1971, a Declaração de Barbados escancarou esse fato ao reunir expoentes da antropologia do mundo, incluindo Darcy Ribeiro, para redigir o documento que trazia a denúncia da sistemática continuidade da violação de direitos dos povos indígenas e pedia uma remodelagem na abordagem da própria antropologia ao lidar com o contexto indígena nas Américas.

Mesmo com aprimoramentos simbólicos e legais, seguimos vítimas de uma visão que nos aprisiona em livros didáticos do ensino fundamental. Mas não estamos presos ao passado. Somos parte do mundo real e, com ele, interagimos. Somos aldeados, urbanos, cooperados, trabalhadores, empresários, advogados, médicos, vereadores,

prefeitos e ministros. Romper com as amarras coloniais persistentes é urgente, e isso se estende ao campo social, político, econômico e simbólico.

Um exemplo contundente de nossa presença real no país vem da pesquisa do Instituto Serrapilheira, publicada no fim de 2024. O estudo rastreou a origem de partículas de chuva em todas as regiões do Brasil e constatou que as Terras Indígenas levam chuva para 18 estados e o Distrito Federal. A preservação das florestas dentro dos territórios, proporcionada pelos modos de vida indígenas, sustenta o ciclo de evapotranspiração que mantém o transporte de umidade para diversas regiões do Brasil e da América do Sul.

Segundo o estudo, até 30% das chuvas anuais que irrigam as terras agrícolas do país dependem dessa reciclagem de água. No Acre, Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul e no Paraná, um terço das precipitações tem essa origem. O resultado é o fortalecimento da segurança alimentar e econômica nacional, incluindo a agricultura familiar, que responde por mais da metade da produção em vários estados beneficiados.

Não se trata, portanto, de trocar ou extinguir uma data. Trata-se de celebrá-la com os povos indígenas, não como estrangeiros diante de algo exótico, mas como quem carrega — senão no sangue, no próprio cotidiano — a ruptura de fronteiras e a convivência com múltiplas culturas que a miscigenação impõe e sustenta as riquezas naturais essenciais para a sobrevivência de toda a sociedade.

É exatamente por isso que o nome importa. Chamar pelo nome verdadeiro é o primeiro gesto de reconhecimento. É o começo de todo respeito e o princípio de um reencontro com a própria identidade nacional. Que o 19 de abril não seja mais um dia de fantasia, mas um convite à escuta. Que os cocares de cartolina deem lugar às vozes reais das mais de 390 etnias que resistem e florescem neste país. Celebrar os povos indígenas não é brincar de selvagem atrasado. É construir, juntos, o futuro.



Confiar para quê? O ciclo vicioso da desconfaça institucional



» SARA CLEM
Pesquisadora no Instituto Sivos

Confiar nas instituições nunca foi o forte do brasileiro. Diversas pesquisas de opinião pública realizadas desde a redemocratização mostram níveis baixos de confiança institucional no país. Durante muito tempo, os principais alvos dessa desconfaça foram os partidos políticos, o Poder Executivo e o Congresso Nacional. No entanto, observa-se recentemente uma nova tendência: o Judiciário também vem se tornando objeto crescente de desconfaça por parte da população.

As raízes dessa desconfaça institucional são relativamente claras. Há, entre muitos cidadãos, a percepção de um descompasso entre representantes e representados. O brasileiro médio frequentemente tem a sensação de que sua qualidade de vida se deteriora paulatinamente, percepção reforçada pela insuficiência de serviços públicos essenciais, como educação, saúde e segurança pública.

Isso, por sua vez, contribui para o crescimento da apatia política: cidadãos tornam-se menos dispostos a participar da vida pública, seja por meio do engajamento cívico, da participação em debates locais ou da cobrança de seus representantes. A população passa a se perguntar: confiar para quê? Se os interesses coletivos são

constantemente deixados de lado e os escândalos de corrupção se tornaram rotineiros.

Forma-se, assim, um ciclo vicioso: quanto menor a confiança nas instituições, menor o engajamento político; e, quanto menor o engajamento, menor também a pressão por melhorias institucionais.

Tradicionalmente, esse ciclo esteve associado principalmente à relação da população com líderes e instituições políticas. No entanto, surge um problema adicional quando a desconfaça passa a atingir com maior intensidade o Judiciário. Os privilégios quase infinitos de magistrados e os crescentes escândalos envolvendo a atuação do Judiciário, especialmente no Supremo, têm contribuído para ampliar essa percepção negativa.

Nesse cenário, o cidadão não apenas sente que suas demandas básicas não são atendidas pelas autoridades eleitas, mas também passa a acreditar que os mecanismos destinados a garantir seus direitos e assegurar o cumprimento da lei deixam de funcionar adequadamente, e que, além de tudo, a corrupção está cooptando todas as esferas institucionais.

Esse é um problema que muitos ainda não enxergam com a devida clareza. A desconfaça no Judiciário e a crescente sensação de insegurança jurídica são sintomas de algo mais profundo: a degradação do Estado Democrático de Direito. Nossa democracia enfrenta problemas institucionais sérios quando princípios fundamentais, como o devido processo legal, a transparência, o império da lei e a liberdade de expressão, deixam de ser plenamente garantidos.

Isso se evidencia em inquéritos que se arrastam indefinidamente, como o das fake news, que já ultrapassa sete anos sem um desfecho claro; em

decisões que levantam questionamentos sobre seus limites; e em um Judiciário que, em diversos momentos, parece atuar mais de forma política do que técnica. Soma-se a isso a resistência em reconhecer a autocontenção como um caminho necessário para preservar o equilíbrio institucional.

O resultado é evidente. Nossa democracia está em suspensão, com o Estado de Direito fragilizado e garantias constitucionais enfraquecidas, o que impacta diretamente liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão e de imprensa, alvo recorrente de controvérsias e intervenções. No plano cultural, aprofunda-se a desconfaça em uma população que historicamente já confia pouco em suas instituições. E, nesse cenário, o efeito é inevitável: a legitimidade da própria democracia vai sendo, pouco a pouco, corroída.

O caminho para solucionar é complexo. Romper esse ciclo exige a restauração da confiança pública e dos princípios que sustentam o Estado Democrático de Direito. O império da lei e o devido processo legal precisam ser garantidos em sua integralidade, sem exceções.

Escândalos de corrupção devem ser investigados com rigor e punidos de forma exemplar, seguindo o devido processo legal. Ao mesmo tempo, o Judiciário precisa redescobrir os limites e responsabilidades de seu papel institucional: atuar como guardião da Constituição e das garantias fundamentais, e não como editor das regras do jogo ou instrumento político.

Somente com instituições que respeitem os próprios limites e operem com transparência e previsibilidade, será possível reconstruir a confiança pública e restabelecer a legitimidade democrática no Brasil.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



Querida, encolhi os produtos

Há fenômenos econômicos que não precisam de gráficos sofisticados para que sejam percebidos. Basta uma ida ao supermercado, uma visita à padaria da quadra ou mesmo à pequena birosca da rua. É ali, longe das planilhas oficiais e dos discursos cuidadosamente calibrados, que a realidade econômica se revela com maior nitidez e, por vezes, com maior crueldade. Entre esses fenômenos, um tem ganhado destaque silencioso: a redução do tamanho dos produtos, prática conhecida internacionalmente como shrinkflation, ou, em bom português, encolhimento inflacionário.

A primeira vista, trata-se de um detalhe quase banal: um pacote de biscoito com algumas unidades a menos, um litro de leite que vira 900ml, um chocolate que perde alguns gramas. Nada que, isoladamente, pareça significativo. No entanto, quando essa prática se torna generalizada, ela passa a representar algo maior: um sintoma de pressões econômicas que não aparecem com a mesma clareza nos indicadores oficiais.

Os índices de inflação, como o IPCA, no Brasil, são construídos com base em cestas de produtos e metodologias estatísticas reconhecidas. Não se trata, portanto, de instrumentos arbitrários ou necessariamente manipulados a cada divulgação. Contudo, como toda métrica, eles têm limitações. É uma dessas limitações está justamente na dificuldade de capturar mudanças qualitativas, como a redução de quantidade sem uma imediata variação de preço nominal. Em outras palavras: se o preço de um produto permanece o mesmo, mas sua quantidade diminui, o consumidor paga mais por menos, ainda que isso nem sempre se reflita integralmente nos índices no curto prazo.

O resultado é uma percepção difusa, porém persistente, de que “tudo está mais caro”, mesmo quando os números oficiais sugerem uma inflação sob controle. Essa discrepância entre percepção e estatística não deve ser descartada como mera impressão subjetiva. Ao contrário, ela revela uma tensão importante entre a economia medida e a economia vivida. É justamente nessa fatura que se instala a desconfaça não apenas em relação aos preços, mas também às instituições responsáveis por medi-los.

Não se trata de afirmar, de forma leviana, que há uma “maquiagem” deliberada e sistemática dos dados por parte do governo. Os institutos de estatística operam com metodologias técnicas, auditáveis e, em geral, alinhadas a padrões internacionais. Ainda assim, governos têm incentivos políticos claros para destacar os aspectos positivos dos indicadores e minimizar aqueles que possam gerar desgaste. A comunicação dos dados, portanto, nem sempre reflete toda a complexidade da realidade econômica. Além disso, há um fator estrutural que contribui para o fenômeno do encolhimento: o comportamento das empresas diante de custos crescentes.

Quando matérias-primas, energia, logística e mão de obra encarecem, os produtores enfrentam um dilema clássico: aumentar preços correndo o risco de perder consumidores ou reduzir custos. A diminuição do tamanho dos produtos surge, então, como uma solução intermediária, menos visível e, muitas vezes, mais aceitável do ponto de vista comercial. Do ponto de vista empresarial, trata-se de uma estratégia racional. Do ponto de vista do consumidor, porém, o efeito é semelhante ao de um aumento de preços com a agravante de ser menos transparente. A embalagem, muitas vezes, praticamente idêntica à anterior, sugere continuidade, enquanto o conteúdo revela a mudança. É uma espécie de inflação disfarçada, que exige atenção redobrada para ser percebida.

Salários que não acompanham o ritmo dos preços, aumento do endividamento, maior seletividade no consumo, todos esses fatores convergem para um cenário em que cada centavo precisa ser melhor administrado. E, nesse contexto, o encolhimento dos produtos funciona como um lembrete constante de que algo não está funcionando como deveria. O desafio, portanto, é duplo. De um lado, é preciso aprimorar as métricas e a comunicação dos indicadores econômicos, de modo a refletir com maior fidelidade a experiência real da população. De outro lado, é necessário enfrentar as causas estruturais da inflação, garantindo estabilidade de preços sem recorrer a soluções artificiais ou narrativas excessivamente otimistas.

Transparência é palavra-chave nesse processo. Consumidores têm o direito de saber exatamente o que estão comprando em quantidade, qualidade e preço. Empresas, por sua vez, devem ser claras em suas práticas, evitando estratégias que possam ser interpretadas como enganosas. E o governo precisa comunicar a realidade econômica com honestidade, reconhecendo avanços, mas também limitações. No fim das contas, a economia não se resume a índices. Ela se manifesta na mesa do café da manhã, no carrinho de supermercado, na conta do mês. Quando esses espaços começam a contar uma história diferente daquela apresentada nos relatórios oficiais, é sinal de que há um descompasso a ser corrigido.

Se nada for feito, corre-se o risco de avançar para um cenário em que a percepção de perda se torne dominante e, com ela, a sensação de que tudo está diminuindo: os produtos, o poder de compra e, em última instância, a confiança no futuro. E essa, mais do que qualquer índice, é a medida mais sensível e mais difícil de recuperar de uma economia.

» A frase que foi pronunciada

“Reviva o boicote!”

Leda Assumpção, contra preços abusivos

» História de Brasília

A fiscalização da Prefeitura foi informada das irregularidades de inúmeros táxis de Brasília e solicitou uma “batida” do Serviço de Trânsito. Os resultados foram os mais desanimadores: mais de sessenta carros de praça estavam com taxímetros viciados e foram recolhidos ao depósito. (Publicada em 17/5/1962)